ATUAÇÃO DA FNU É FORTE E AMPLA
BALANÇOS DAS DIRETORIAS E COLETIVOS DA FNU

Setor de Saneamento

Mesmo com a tentativa de privatização das Cias de Saneamento através da Lei 13.334/16 que visa chantagear os governos estaduais a aderirem a privatização das companhias estaduais, através do perdão de parte das dívidas que os estados tinham com a união, a FNU e os sindicatos vem resistindo bravamente e de forma organizada, e partindo para o contra-ataque. Por isso, realizou um grande encontro com todas as assessorias jurídicas dos 18 estados, que aderiram ao movimento de resistência do saneamento, com a contratação de vários profissionais: assessor jurídico na área do direito administrativo, que contará com a ajuda dos nossos assessores jurídicos, 03 assessores técnicos não remunerados, além do nosso assessor de saneamento e dos secretários de saneamento da FNU e da CNU.

A FNU nesta gestão participou de várias audiências públicas nas Câmaras Municipais em inúmeras cidades, e também em várias Assembleias Legislativas. Na Câmara Federal a FNU conseguiu uma grande parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano-CDU. No Senado Federal essa parceria se deu através da Comissão das Minorias e em Defesa da Soberania Nacional. A FNU também realizou também diversos seminários regionais.

Contraponto na mídia

A FNU conseguiu espaço na grande mídia nacional, com entrevistas e artigos como forma de fazer o contraponto tanto a esse governo, como essa mídia golpista, que tenta passar inverdades para a população, escondendo que ela será a grande prejudicada caso acorra a privatização das nossas empresas públicas.

Frentes Parlamentares

A FNU participa de diversas frentes parlamentares como forma de fazer o enfrentamento, assim como, ampliou as suas relações institucionais com várias entidades da sociedade civil organizada como: o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Federação Única dos Petroleiros-FUP, Associação Nacional dos Municípios-ASSEMAE, Federação dos Engenheiros-FISENGE, ABES, dentre outras que resultaram na formação da Plataforma Operária e Camponesa da Agua e Energia, com o slogan Água e Energia não são Mercadoria.

A FNU foi à organizadora e uma das realizadoras do Fórum Alternativo Mundial da Agua, encontro internacional realizado em contraponto ao fórum das corporações, o Fórum Mundial da Agua, ocorrido em Brasília. Este evento contou com mais de cinco mil participante e inúmeras representações internacionais, dentre elas a Federação dos Funcionários de Obras Sanitárias do Uruguai-FFOSE, entidades com qual oficializamos uma parceria em defesa do Aquífero Guarani, objeto de cobiça da Coca-Cola e Nestlé, que contam com o apoio do governo golpista, para a exploração comercial desse aquífero.

Para debater ess tema foi realizado um seminário internacional no Rio Grande do Sul que discutiu as estratégias de enfrentamento a esse crime de contra a humanidade, na oportunidade foram criados comitês estaduais e municipais do FAMA. Neste encontro foi decidido também recriar a Frente Nacional Pelo Saneamento Ambiental-FNSA, com a participação de inúmeras entidades do setor de saneamento nacional, com a participação de todos os sindicatos filiados ou não a FNU.

Luta contra a MP do Saneamento e os desafios

No dia 06 de julho o presidente ilegítimo, Michel Temer, assinou a Medida Provisória 844/2018, a chamada MP do Saneamento, que tem por objetivo facilitar a privatização do setor em todo país, obrigando, por exemplo, os municípios a perguntarem previamente ao setor privado se há o interesse na Concessão dos serviços. Ou seja, uma decisão autoritária que se colocada em prática levará ao colapso as cidades mais pobres do país, que não terão os investimentos necessários em sua quase totalidade oriundos do subsidio cruzado. A FNU já estava organizada para barrar tal iniciativa, por isso realizou reunião do coletivo nacional de saneamento, no intuito de fortalecer essa luta, inclusive, já está trabalhando no ajuizamento de uma Ação direta de Inconstitucionalidade-ADIN, e assim somar esforços com outras entidades, como a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA).

A MP do saneamento, enfrenta grande rejeição, inclusive de muitos setores políticos, por isso o Senado Federal abriu consulta pública sobre o tema. A campanha da FNU, com apoio dos sindicatos, tem sido pela participação de

todos e de todas para votarem Não contra a privatização do saneamento no país. Além disso, a FNU participara no dia 30 de agosto do Dia Nacional de luta contra a MP do Saneamento, um evento aberto ao público realizado em todas as capitais, que visa alertar a sociedade sobre as consequências desastrosas para o saneamento básico que esta MP representa.

Publicações dos setores de Saneamento e Energia

Neste mandato trabalhamos para divulgar a luta contra as privatizações através de quatro publicações de revistas dedicadas ao tema. A temática foi à conjuntura nacional e internacional. No caso do saneamento foram abordados temas como a remunicipalização destes serviços no mundo, o quanto tem sido importante a presença novamente do Estado para retomar os investimentos e a participação social.

No Encontro nacional dos Urbanitários em foi apresentada a Revista Urbanitários, que trouxe artigos exclusivos sobre saneamento, como o do Professor Doutor da UFBA, Luiz Roberto Moraes, e de temas do setor elétrico, com a participação do DIEESE.

Conjuntura Internacional

A FNU esteve presente ativamente nos debates internacionais com a participação em diversas atividades da ISP, marcando presença no Congresso Mundial da ISP realizado em novembro de 2017, na cidade de Genebra, na Suíça. Na oportunidade foi reafirmada a importância da luta contra as privatizações no Brasil, onde a FNU tem sido protagonista na defesa dos setores de saneamento e energia.

Além dos debates dos setores de energia e saneamento, a FNU participou de debates da ISP no que tange as questões do jovem, LGBT e das mulheres em diversos encontros.

O presidente da CNU, Paulo de Tarso, foi um dos representantes do ramo urbanitário, que debateu no encontro da ISP na Argentina a questão da privatização da energia no país, e seus desdobramentos para a classe trabalhadora.

Remunicipalização dos Serviços de Saneamento

A remunicipalização no setor da água e outros serviços sociais são uma tendência significativa porque demonstra que as decisões passadas de privatização são reversíveis. Em março de 2015, mais de 235 cidades e

comunidades em 37 países haviam retomado o controle de seus serviços de água nos últimos 15 anos. E esse número está crescendo.
As razões para a remunicipalização dos serviços de água são semelhantes em todo o mundo: deterioração dos serviços falta de investimentos, disputas sobre custos operacionais e os aumentos das tarifas, dificuldades de monitoramento dos operadores privados e a falta de transparência financeira.
Geralmente, os municípios decidem reverter para a gestão pública quando consideram que os contratos privados são social e financeiramente insustentáveis.
Diante destes dados e números a defesa da FNU pelo controle do estado no setor de saneamento é inquestionável. Portanto, a entidade continuará firme na luta com seus sindicatos filiados, o movimento social, a sociedade civil organizada e demais entidades em defesa do saneamento público e de qualidade.

Setor de Gás

O setor de gás também enfrenta o processo de privatização, sendo que pouco resta nas mãos do setor público, em função da política desastrosa implementada pelo ex-Presidente da Petrobras, Pedro Parente, que desmantelou todo o setor, privatizando o pouco que ainda era estatal.
A FNU vem buscando a reorganização das nossas categorias gasistas, através de contato com diversos dirigentes sindicais de diversos estados do nordeste que querem voltar a serem representados pela FNU. Desta forma a federação vem buscando a reorganização desse importante segmento urbanitário, além disso, foi feita uma importante parceria com os valorosos e combativos companheiros da Federação Única dos Petroleiros, com vista a atuação de forma conjunta e coordenada na defesa da Petrobras, Eletrobras, dos Setores de Saneamento, Gás e Meio Ambiente.

Setor de Meio Ambiente

O meio ambiente vem sofrendo ataques não só do agronegócio, mas também por parte do governo golpista, que tentou a todo custo flexibilizar a venda de terras da Amazônia para estrangeiros, além de áreas de preservação ambiental. Foi com o clamor mundial de ambientalistas, e de todos os seguimentos da sociedade civil organizada que esse governo teve uma espetacular derrota.
O agronegócio foi um dos financiadores do golpe e agora cobra a fatura através da sua bancada, eleita pelas grandes empresas multinacionais que forçam a flexibilização das legislações ambientais, ocasionando o surgimento de inúmeros

crimes ambientais, como de Mariana e de Barcarena ,dentre outros crimes, deixando um rastro de destruição e mortes além de danos irreparáveis ao nosso meio ambiente. Portanto, fica evidente que precisamos interagir mais com os diversos movimentos e segmento da sociedade civil, para construir uma articulação mais avançada na defesa das nossas florestas, matas, rios, enfim de todo nosso já frágil ecossistema.

FNU reforçou a sua estrutura de comunicação para enfrentar a luta contra as privatizações e a conexão com os sindicatos filiados

***Iara da Costa Nascimento- Secretária de Comunicação**

A Secretaria de Comunicação da FNU neste mandato ampliou significativamente sua atuação. Pela primeira vez em sua História a Federação, juntamente com a CNU, realizou um Encontro de Comunicação, em Brasília, nos dias 05 e 06 de abril de 2017, com a participação dos dirigentes da área dos sindicatos filiados e seus jornalistas. Havia uma demanda de anos para que se pudesse discutir a comunicação sindical urbanitária, ouvindo os relatos dos sindicatos sobre as suas realidades, estruturas e demandas. Outro resultado significativo deste encontro nacional foi identificar como a FNU poderia se aproximar mais dos seus filiados, para assim criar uma estratégia eficaz de comunicação, especialmente em uma conjuntura de golpe, onde os setores de saneamento e energia estão sendo alvos de processos de privatização.

O Encontro Nacional de Comunicação contou com a participação de convidados e especialistas no setor como a Coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação, a Jornalista e Historiadora, Cláudia Santiago, que abordou a importância da valorização da imprensa sindical como forma de se contrapor ao discurso hegemônico e neoliberal da grande mídia. Outra palestrante foi a Assessora de Comunicação da CUT-Goiás, Maísa Lima, que falou sobre a experiência da criação de redes de comunicação no campo sindical e popular, como a rádio web, que veicula notícias verdadeiramente importantes para os trabalhadores, por um custo bem menor que rádios oficiais, assim como as redes sociais.

Na atual gestão a secretaria de comunicação editou quatro revistas de grande repercussão. As publicações abordaram a temática da água como um bem de todos, o Dia Mundial da Água, a luta contra privatização das empresas estaduais e a conjuntura internacional ,que aponta para um grande processo de remunicipalização dos serviços de saneamento no mundo. As questões do setor

elétrico foram abordadas na revista que foi distribuída aos participantes do Encontro Nacional dos Urbanitários, em Florianópolis.

Diante da ofensiva privatista que se efetivou com o golpe, os setores de saneamento e energia voltaram a sofrer uma campanha da grande imprensa, a FNU decidiu pela contratação da empresa Jabuticaba Comunicação, como forma de fortalecer e ampliar a luta da federação diante dos desafios colocados na área da comunicação. Uma série de mudanças vieram com a contratação, como a reformulação do site (fnu.org.br) com novo layout, mais dinâmico, criação de peças publicitárias contra as privatizações do saneamento e energia, maior inserção nas redes sociais através do Facebook, Twitter e também a comunicação de boletins via whatsapp.

A FNU, juntamente com os sindicatos do setor elétrico, contratou a agência Cobra Criada, localizada em Brasília, que se dedica integralmente a luta contra a privatização do Sistema Eletrobras. As campanhas nas redes sociais têm sido bem sucedidas, todos os esforços de massificar a luta dos trabalhadores tem sido feito. O objetivo é se contrapor ao discurso privatista do governo e mostrar para população que a venda deste patrimônio público vai gerar graves danos, como o aumento nas tarifas e desnacionalização do setor elétrico no país, colocando desta forma em risco nossa soberania energética.

O luta no campo da comunicação é diária, por isso a FNU veio trabalhando ao longo desta gestão para reforçar de forma consistente essa área tão estratégica para a classe trabalhadora.

Nesse mandato que se encerra, a juventude teve grande atuação nas lutas urbanitárias e se fez presente nas discussões de todos os segmentos

***Leila Nascimento Novais Luiz- Secretária da Juventude**

Esse engajamento se deu a partir do apoio da Federação e da colaboração das direções sindicais, que nos permitiram e nos incentivaram a participar de vários espaços e atividades dos movimentos sociais e sindicais. Outro fato motivador da juventude urbanitária, foi à realização do nosso 1º Encontro Nacional da

Juventude, LGBT e PCD da Federação Nacional dos Urbanitários e da Confederação Nacional dos Urbanitários, realizado com sucesso, nos dias 06 e 07 de julho de 2017, no Rio de Janeiro. Foi um momento muito importante para compartilhar nossas dificuldades e experiências, além de traçar estratégias para atrair e inserir a juventude no movimento sindical e fortalecer nosso Coletivo. Foi a partir deste encontro que conseguimos ainda, realizar um encontro específico para o movimento LGBT e Pessoas com Deficiência, que aconteceu em conjunto com o Encontro de Raça, em novembro de 2018, mostrando assim, os espaços vazios e o desejo que integrantes do próprio coletivo de juventude tem de ocupá-los e contribuir para os mesmos.

Vale citar que, muitos jovens ainda estão afastados dos sindicatos, grande parte por não terem

um interesse direto, mas muitos outros por não encontrarem espaços ou oportunidades. Portanto, é preciso debater a fundo essa situação, para assim traçar estratégias para atraí-los e, sobretudo inseri-los efetivamente no movimento sindical. É fundamental traçar objetivos para preparar este novos companheiros e companheiras para as lutas e desafios, que se colocam atualmente no mundo do trabalho e do movimento sindical.

Sabemos que ainda temos muito para conquistar, e para isso precisamos continuar lutando por mais espaço e voz no movimento sindical, não apenas para resistir, mas também para reexistir e reagir frente aos ataques a nossos direitos. E para que esse trabalho tenha continuidade, não podemos deixar de garantir a presença da Juventude através do Coletivo nos congressos, encontros e eventos dos nossos Sindicatos, Federação e Confederação. Uma vez que a juventude precisa ser formada e preparada para enfrentar as lutas que teremos pela frente, em defesa de nossos direitos e da Soberania Nacional. Nesse sentido, é de fundamental importância, promover não apenas uma mera renovação, mas uma atualização dos quadros de forma gradativa e qualificada para atender às demandas cada vez mais exigentes da juventude urbanitária, que está engajada na luta, disposta a dar sua melhor contribuição e segue firme no propósito de ocupar não apenas o seu tempo, mas de ocupar todos os espaços e fazer valer os seus direitos.

Que a nossa ousadia, criatividade e vontade de lutar por mudanças efetivas sejam bem aproveitadas, que venham motivar nossas ações e ajudar nossas entidades a enfrentarem esse sistema cada vez mais opressor. E que sejamos todxs incansáveis na luta pela nossa Democracia!

As urbanitárias estão na luta contra: as privatizações, reforma da previdência, a violência, o retrocesso de

direitos, por respeito e igualdade de oportunidade na vida, no trabalho e no movimento sindical

***Gilvana Maria Noleto Barros da Silva- Secretária da Mulher**

Neste contexto de lutas e mobilizações, especialmente as mulheres urbanitárias que estão no dia a dia lidando com a questão da água, da energia e do saneamento ambiental nas empresas em que trabalham, estão bravamente nas frentes de lutas nas entidades sindicais, batalhando contra a privatização das companhias estaduais de saneamento e energia, sendo que só através da luta e mobilização é que se poderá preservar as empresas públicas e de qualidade

A Federação Nacional dos Urbanitários sempre esteve na vanguarda da luta das mulheres. Suas gestões sempre contemplaram a participação feminina que culminou com a criação da Secretaria da Mulher Urbanitária, por entender que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, passa obrigatoriamente pelo fim da discriminação e a promoção da igualdade de oportunidades, inclusive de salários que ainda são menores que os dos homens. Dados apontam que as mulheres trabalhadoras tiveram remuneração 28% inferior à dos homens na mesma função, mesmo as com nível de escolaridade igual ou maior. A situação se agrava quando observamos o critério étnico/racial. A conjuntura política e econômica mostra a importância da luta das mulheres, hoje a maior parte dos lares são chefiados por trabalhadoras, que na maioria das vezes enfrentam uma dupla ou até tripla jornada de trabalho.

Hoje, diante dos desafios colocados para os setores de saneamento e energia, a participação das mulheres nos sindicatos é indispensável e precisa ser estimulada com medidas concretas das direções das entidades, para assim somar esforços na luta contra a privatização da água, representada pelo projeto de Parceria Público-Privada que está sendo discutido e posto em prática nos Estados e a entrega das distribuidoras de energia do Sistema Eletrobras, outro crime de lesa pátria, em um país recheado de corrupção, desemprego, desigualdade, fuga de capitais, crise e prejuízos.

As mulheres urbanitárias tem a missão de fortalecer a luta contra qualquer tipo de violência, através de debates nos sindicatos, criando uma consciência juntos aos companheiros de suas bases. Outra tarefa é realizar assembleias exclusivas para discutir ações de impacto, inclusive de rua, em favor da democracia, e a liberdade de expressão. A luta contra todo tipo de violência não deve ser a única preocupação das trabalhadoras urbanitárias, o governo golpista, pelo seu caráter machista e misógino, tem em suas reformas prejudicado frontalmente as mulheres, que em momento de crise são vítimas do subemprego ou sem registro formal, como o trabalho doméstico, exercido por 6 milhões de trabalhadoras.

Uma conquista das Mulheres Trabalhadoras se deu com realização do 12º CONCUT , que decidiu pela paridade entre homens e mulheres ,o Congresso foi realizado de 13 a 16 de outubro, em São Paulo, sob o tema “Educação, Trabalho

e Democracia – direito não se reduz se amplia". Foi um congresso histórico que reafirmou a defesa da Democracia e a ampliação de direitos , e contou com a presidenta da República na abertura do evento. Sabemos que as bases urbanitárias são compostas pela maioria de homens, mais sim é possível mudar este cenário dando condições, e através da conscientização dos dirigentes de seus sindicatos fazer valer também esse desafio da criação da secretaria de Mulheres Urbanitarias onde ainda não tem, dando condições em suas instancias, cumprindo a cota de gênero, e a tão sonhada luta das Mulheres também pela a paridade.

A Secretaria da Mulher Urbanitária da FNU e da CNU têm a certeza de que somente com mobilização e conscientização de todos e de todas será possível avançar. Posto que vivemos uma sociedade marcada por um forte machismo, fruto de uma cultura que oprime e dificulta a igualdade de gênero. Para quebrar esta barreira é preciso tomar em nossas mãos os nossos destinos, fazendo valer a nossa voz dentro dos sindicatos, das entidades superiores, enfim, ocupar nosso espaço com eficiência. Portanto, todos os dias de nossas vidas iremos à luta, dizendo não aos retrocessos, a retirada de direitos, a violência exigindo mais espaço para as mulheres urbanitárias.

Participações em atividades e ações das mulheres urbanitárias

Foi realizado o Encontro Nacional das Mulheres Urbanitárias, da Juventude e Combate ao Racismo em conjunto, realizado no Rio de Janeiro nos dias 23 e 24 de março de 2017, mostrou a força da participação das trabalhadoras urbanitáras e também de alguns trabalhadores presentes, que vieram representando sindicatos de quase todas as regiões do país. Durante dois dias foram realizados intensos debates sobre a questão da participação da mulher no movimento sindical, os desafios e estratégias para ampliar essa presença em todas as entidades. Na oportunidade, foram realizadas palestras com especialistas sobre a temática feminina, da reforma da previdência proposta pelo governo golpista, bem como, outros temas correlacionados a proposta do encontro. O tema das palestras como: o preconceito de gênero, raça e em relação à juventude e os impactos para o mundo do trabalho, A importância das políticas de gênero para o enfrentamento das discriminações em relação de gênero, racial e juventude, que subsidiaram os debates e as propostas para a organização destes setores dentro da federação.

Objetivos do encontro os objetivos foram:

♀ Criar um espaço de intercâmbio e troca para criação e fortalecimento dos coletivos relacionados a essas temáticas;
♀ Fortalecer a participação das mulheres e dos jovens nesses coletivos;
♀ Contribuir para o fortalecimento das mulheres e da juventude urbanitária;
♀ Propor e monitorar políticas públicas e nos locais de trabalho para a melhoria da qualidade de vida das mulheres urbanitárias nas empresas;
♀ Ampliar e consolidar a intervenção da articulação no cenário Nacional, Internacional, Estadual e Municipal;
♀ Expandir as parcerias (nacionais estaduais, locais e internacionais) para desenvolver projetos de inclusão social para as mulheres urbanitárias;
♀ Capacitar e conscientizar as mulheres urbanitárias nas questões de gêneros direitos e igualda de entre homens e mulheres;

♀ Debater a importância da juventude para o movimento sindical, a ampliação da participação dos jovens nas suas entidades e a filiação;
♀ Discutir a necessidade de ampliar o debate com a juventude sindical sobre questões de gênero, sexualidade, raça, entretenimento e mercado de trabalho, em maiores detalhes, pelos direitos trabalhistas e sindicais.

Criação do Coletivo Nacional de Mulheres Urbanitárias

Após as atividades de grupo uma das deliberações aprovadas foi à criação do Coletivo Nacional das Mulheres Urbanitárias, e ali mesmo foi criado e que dará mais organicidade e capacidade de mobilização para as trabalhadoras para reivindicarem mais espaço nas estruturas, seja nos sindicatos, na FNU e na CNU. Mas ainda as questões financeiras são o maior problema quando se trata dos sindicatos e federações darem prioridades às questões de gênero, os desafios são grandes para conscientizar os dirigentes sindicais da importância de que essa igualdade nos espações de poder, as mulheres também terão que estar incluídas.
A FNU, através da secretaria de mulheres tem sempre o compromisso de orientar seus sindicatos filiados a não deixarem passar em branco as políticas de reafirmação da luta das mulheres que não só em datas memorativas mais permanentemente como:

- Todos os anos realizarem atividades alusivas aos 08 de Março-Dia Internacional da Mulher
- Todos os anos realizarem atividades nos 16 dias de ativismo
- Todos os anos realizarem atividades no dia 25 de Novembro-Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as mulheres.
- Participação no Coletivo Nacional das Mulheres Trabalhadoras da CUT
- Mobilizações, greves geral pela democracia e a Liberdade do Lula

Participação no Comitê Nacional de Mulheres da ISP no Brasil

A Internacional de Serviços Públicos realizou nos dias 8 e 9 de maio/18 a Reunião Anual Sub-regional do Brasil e Cone Sul (com a participação da Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile) na ocasião foi aprovada por unanimidade Carta de Apoio à liberdade do Ex Presidente Luís Inácio Lula da Silva, assinada por entidades de diversos Setores dos respectivos países. Durante o Comitê Nacional Coordenador do Brasil, aprovou-se que a ISP denunciará o Veto do ilegítimo presidente Michel Temer a Lei 397/2015 aprovada pelo Senado e Câmara (PL 3831/2015) que regulamenta a Negociação Coletiva na Administração Pública, significando o descumprimento da Convenção 151 e da Convenção 98 da OIT. Também foram aprovadas várias demandas como: Organizar os coletivos, Mulheres, Raça e Juventude, GLBTTS e a captação de projetos para fazer e organizar as políticas das Mulheres dentro das Filiadas, ajudando na elaboração e organização destas politicas.

Reuniões - ISP BRASIL Rio de Janeiro, 18 a 21 de março de 2017

18 de março Comitê de Mulheres ISP Brasil;
18 19 de março Comitê Coordenador da ISP Brasil;
20 de março): Comitê de Mulheres da ISP Brasil e Cone Sul;
20 de março): SUBRAC Brasil e Cone Sul;

21 de março SUBRAC Brasil e Cone Sul).
22 de março (hora do almoço participação de um Ato – Marcha no centro do Rio contra a privatização da Água no Rio de Janeiro e no Brasil.
A ISP é uma organização internacional importante que luta por justiça social, direitos, violência contra as mulheres, contra todas as formas de discriminação e preconceitos. Nestes dias foram aprovadas várias resoluções que subsidiariam o congresso Internacional. Esta luta e intercambio tem contribuído com a FNU e seus coletivos a organizarem com formação e capacitação para construí um sindicato forte e que defenda empresas públicas e de qualidade, dentro desta perspectiva.

Viva Olga Benário! Viva a guerreira Dandara dos Palmares! Viva Rosa de Luxemburgo! Viva
Maria da Penha! Viva Marisa Letícia Lula da Silva! Viva as Mulheres Urbanitárias!

É preciso usar as entidades sindicais na luta contra o

racismo e por mais direitos a pessoas com deficiência e aos trabalhadores LGBTs

***Tarcísio Oliveira Braz- Secretário de Combate ao Racismo**

A Secretaria da FNU de Combate ao Racismo e o coletivo de Raça vem se sobressaindo no combate ao racismo que está inserido na sociedade, e vem se reportando dentro dos diversos segmentos existentes em todo o país, principalmente nas empresas, sejam elas públicas ou privadas. Para debater essa temática foi realizado nos dias 07 e 08 de novembro de 2017 o encontro de raça da FNU, que discutiu o racismo institucional, as formas de combate a esta questão dentro do movimento sindical. Na oportunidade também foram discutidas as questões do preconceito aos trabalhadores LGBTs e Portadores de Deficiência.

A conjuntura atual é desafiadora, pois o atual governo 'ilegítimo' federal, formado, majoritariamente por homens brancos e ricos, trabalha para desconstruir as políticas públicas implementadas pelo governo popular e democrático que o antecedeu, e que garantiram avanços importantes para a população negra, como é o caso das cotas, o Prouni, o Fies, dentre outras ações afirmativas nas diversas áreas do país. Assim, é fundamental ter o entendimento que é preciso se organizar nas entidades sindicais, lutar por um país mais justo, com igualdade racial, com equidade.

A igualdade significa analisar cada situação de maneira justa e imparcial. É reconhecer o direito de cada um e assim, não dar margem para injustiças. No entanto, desigualdade ainda é uma situação bastante presente na sociedade brasileira, mesmo com o progresso da primeira década dos anos 2000. Somente unidos e com muita luta que poderemos vencer esta guerra ideológica e racial que perdura há tantos anos na sociedade brasileira.

No nosso país a legislação sobre o acesso de pessoas com deficiência ao trabalho entrou em vigor em 1990, com a Lei nº 8.112 que definiu o percentual de até 20% de vagas em concursos

públicos e, em 1991, a Lei n º 8.213, que determinou cota de vagas para pessoas com deficiência entre 2% a 5% em empresas privadas com mais de 100 funcionários.

Apesar de conquistas importantes terem ocorrido nos últimos tempos, podemos afirmar que foram insuficientes para provocar transformação substancial no cotidiano dessas pessoas, fazendo-se necessários esforços conjugados no sentido de garantir-lhes que tenham condições de exercer sua cidadania plena.

Nesse momento atual essa luta é mais necessária ainda, visto que nosso país passa por um retrocesso político e nos direitos dos trabalhadores(as).
A recém-implantada Reforma Trabalhista passa a ser mais um entrave para as pessoas com deficiência, uma vez que a regulamentação da terceirização abre uma porta para os empresários burlarem a lei.
Ninguém mais pode parar ou ignorar a existência e a luta das pessoas com deficiência! A luta pelo direito de acessibilidade, igualdade e principalmente por independência é uma questão diária; um trabalho de formiguinha. Mas cada um dos que lutam pela inclusão das pessoas com deficiência, a sua maneira, vai dia a dia fazendo, com um sorriso no rosto e muita garra, porque no fundo eles sabem – melhor do que a grande maioria das pessoas – que a vida é um presente maravilhoso e com valor inestimável, o qual a gente deve aproveitar ao máximo e sempre que possível, sorrindo! Assim, o Coletivo da Pessoa com Deficiência – PCD da FNU tem o objetivo de fortalecer a conscientização da necessidade de inclusão social das pessoas com deficiência em todos os ramos, especialmente no ramo urbanitário, e de alterações na legislação, assim como nos acordos coletivos das empresas.

CONJUNTURA DO SETOR ELÉTRICO

***Gustavo Teixeira – Técnico da Subseção do DIEESE/FNU**

Contexto

Os últimos dois anos são marcados por uma conjuntura de crise econômica, política e social no Brasil. Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo ilegítimo de Michel Temer empreendeu uma política feroz de ataque às conquistas da classe trabalhadora: reforma trabalhista, regulamentação da terceirização, tentativa de reforma da previdência, tentativa de privatização das empresas estatais (Programa de Parceria do Investimento – PPI), nova política de preços da Petrobras, etc.

Preços, acesso aos serviços públicos e resultados das empresas

A queda do investimento público associada à política entreguista do governo federal fez com que os preços dos serviços de utilidade pública disparassem no ano passado. Assim, diante de uma conjuntura de elevado desemprego e queda brutal da renda, os brasileiros se depararam com elevados reajustes das tarifas dos serviços públicos, o que tem dificultado o acesso das famílias mais pobres aos serviços essenciais.
Enquanto o índice geral de inflação medido pelo IPCA-IBGE foi de apenas 2,95% em 2017, a taxa de água e esgoto, a tarifa residencial de energia elétrica e o preço do gás de botijão, medidos pelo IPCA-IBGE, registraram variações de 10,52%, 10,35% e 16%, respectivamente.

Preços maiores, dividendos em alta. De acordo com a análise da Consultoria Economática, os dividendos distribuídos pelas empresas de capital aberto no Brasil cresceram 13,3% em 2017, alcançando R$ 79,0 bilhões. No setor elétrico as empresas pagaram R$ 6,9 bilhões de dividendos em 2017 (3º maior setor pagador de dividendos do país) e no setor de saneamento foram distribuídos R$ 1,3 bilhão em 2017 (12º maior setor pagador de dividendos do país). Entre 2010 e 2017, as empresas do setor elétrico distribuíram cerca de R$ 100 bilhões na forma de dividendos e as empresas de saneamento mais de R$ 6,0 bilhões.
A Engie Brasil (setor elétrico), a Sabesp (saneamento) e a Comgas (gás) ficaram entre as dez empresas com maior volume de dividendos distribuídos no Brasil em 2017.

Privatização

Em 2018 o governo federal assumiu como prioridade a privatização do Grupo Eletrobras. Duas são as frentes do governo federal para fazer avançar esse tema no Congresso Nacional:

(I) Privatização do Grupo Eletrobras: O Projeto de Lei 9.463/2018 que define a privatização do Grupo através da oferta de novas ações e que teria como resultado a diluição da participação do governo e consequente a “pulverização” do seu controle.
(II) Privatização das distribuidoras da Eletrobras (que estão operando sob o regime temporário, como agentes designados). A Medida Provisória 814/2017, que tratava da grave situação dos sistemas isolados, com vistas a resolver o problema de abastecimento de energia da região e ao mesmo tempo tornaria viável a venda das distribuidoras federalizadas. E o Projeto de Lei da Câmara n.º 77/2018 (antigo PL 10.332/2018), que veio a substituir a MP 814/2017.
A FNU, juntamente com seus sindicatos e suas assessorias, participou ativamente dos debates sobre a privatização da Eletrobras no Congresso Nacional. O auditório do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (STIU-DF) foi local de dezenas de encontros para a organização das diversas ações e mobilizações aprovadas pela categoria e implementadas pelas entidades sindicais. Várias frentes parlamentares foram criadas em defesa das empresas Eletrobras.

Nesse particular, é importante ressaltar que, apesar de todas as dificuldades, os eletricitários com o apoio da bancada dos partidos de oposição já obtiveram vitórias importantes ao longo desse ano. São elas:

(I) A não votação do PL 9.463/2018, conforme o pronunciamento do presidente da Câmara dos Deputados em junho de 2018.

(II) Fim do prazo para votar a Medida Provisória 814/2017. A medida provisória caducou em julho de 2018.
(III) A decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender os leilões das distribuidoras da Eletrobras sem prévia autorização do legislativo.
(IV) A convocatória para realização de audiência pública no STF para discutir a atual política de privatização do governo federal.

Mesmo com essas vitórias os trabalhadores seguem firme na luta para barrar o processo de privatização, pois no final de julho o governo federal derrubou a liminar que suspendia os leilões conseguindo realizar o leilão da Cepisa, concessionária da Eletrobras que atende o estado

do Piauí. A empresa foi arrematada por um valor simbólico de R$ 50 mil pelo Grupo Equatorial, grupo que é controlado por fundos de investimento nacionais e estrangeiros e um dos campeões em número acidentes fatais na rede e de percentual de empregados terceirizados (cerca de 85% da força total de trabalho). Além disso, o PLC 77/2018 foi enviado para o Senado Federal e tem votação agendada para agosto de 2018.

Na nota técnica do DIEESE intitulada “Estatais e Desenvolvimento” (N.º 189) é possível encontrar diversos argumentos que comprovam a importância das empresas estatais para o desenvolvimento econômico e social das nações.

Desnacionalização e concentração do capital

Nos últimos anos os grupos estrangeiros consolidaram a sua participação no setor elétrico brasileiro. Com o término do contrato das concessões que não foram renovadas em 2013, a operação de importantes usinas hidrelétricas (UHE) foi transferida de empresas estatais nacionais, como a CESP e a CEMIG, para grupos chineses, franceses e italianos. É o caso das UHEs de São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande; e das UHEs de Ilha Solteira e Jupiá.

Em paralelo com o processo de desnacionalização, observa-se também uma tendência de concentração do capital. Diversas aquisições ocorreram no setor recentemente, das quais se destaca: (i) a Neoenergia, controlada pelo grupo espanhol Iberdrola, incorporou a Elektro, concessionária de distribuição de São Paulo, uma das maiores do país; (ii) a State Grid, empresa estatal chinesa e maior empresa de energia elétrica do mundo, adquiriu parcela controladora do Grupo CPFL; (III) o grupo italiano Enel, arrematou em leilão a Celg-D, concessionária de distribuição do estado de Goiás; e (IV) a China Three Gorges (CTG), também estatal chinesa, adquiriu os ativos da Duke Energy.

Atualmente, 65% dos consumidores de eletricidade do país (53,4 milhões de unidades consumidoras) são atendidas por 27 concessionárias controladas

por somente 5 grandes grupos empresarias: ENEL, Neoenergia, CPFL, Cemig e Energisa.